CDD
CENTRO PARA DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO
GUARDIÃO DA DEMOCRACIA

POLÍTICA MOÇAMBICANA

Sexta - feira, 24 de Setembro de 2021 I Ano 03, n.º 201 I **Director:** Prof. Adriano Nuvunga I **www.cddmoz.org**

Fornecedores privados de água sentem-se sufocados com a penetração do FIPAG nos bairros de expansão

Governo sufoca fornecedores privados que garantiram água por muitos anos nos bairros de expansão do Grande Maputo

- Recorrendo à mesma estratégia que usou no negócio das portagens da Circular de Maputo e da EN6, em que o Governo se endividou para construir infra-estruturas públicas e depois passou a sua gestão a privados, o Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos pretende criar, através do FIPAG, quatro empresas comerciais de abastecimento de água. As empresas vão gerir infra-estruturas construídas com fundos públicos e deverão vender até 49% das suas acções a privados, preferencialmente para a elite da Frelimo. Para concretizar o plano, está em marcha um programa para acabar com os pequenos fornecedores que sempre garantiram água a milhões de residentes nos bairros de expansão de Maputo e Matola.

Créditos: FIPAG

Em Junho último, o Governo inaugurou dois centros distribuidores de água no Grande Maputo, ameaçando o negócio dos privados

Em Junho deste ano, o Presidente da República inaugurou infra-estruturas de tratamento, transporte e distribuição de água para a Área Metropolitana do Grande Maputo. Trata-se da Estação de Tratamento de Água de Sábiè (Distrito da Moamba), da conduta adutora que transporta água desta estação para os centros distribuidores da Machava e Intaka (no Município da Matola), e de novos centros distribuidores de Matlemele e Guava (em Matola e Cidade de Maputo). As infra-estruturas inauguradas há três meses fazem parte do projecto de expansão do sistema de abastecimento de água da rede pública na Área Metropolitana do Grande Maputo, financiado pelo Governo e Banco Mundial, e que prevê beneficiar adicionalmente 560 mil pessoas no municípios da Matola, Maputo e no Distrito de Marracuene.

A rede pública de abastecimento de água está a ser expandida para bairros de expansão urbana das cidades de Maputo e Matola. Trata-se de bairros que, historicamente, sempre dependeram de fornecedores privados de água, devido à incapacidade do Estado em prover esse serviço social à população. Aliás, foi o próprio Estado, através de autoridades municipais, que autorizou pequenos e médios investidores para fornecerem água nos bairros de expansão, através de furos e tanques cisternas. Além do serviço do abastecimento de água, os fornecedores privados empregam directamente centenas de pessoas, pagam impostos e uma taxa às Administrações Regionais de Águas. Por tanto, são pequenas e médias empresas que prestam um serviço social de extrema importância para a população e pagam impostos, por isso deviam ser acarinhadas pelo Governo.

Mas não é o que está acontecer. O Governo conseguiu fundos do Banco Mundial e está a expandir, através do Fundo de Investimento e Património de Abastecimento de Água (FIPAG), a rede pública de fornecimento de água para os bairros de expansão urbana, antes abastecidos por privados. Até aqui tudo bem. O problema, porém, começa quando o Governo faz a expansão da rede pública ignorando os fornecedores privados que por longos anos asseguraram água a milhares de residentes dos bairros de expansão das cidades da Matola e Maputo. São pequenos investidores que recorreram a créditos bancários para financiar a construção de pequenos sistemas de abastecimento de água em bairros onde o Estado estava praticamente ausente. Hoje, esses fornecedores privados assistem desesperadamente aos seus investimentos a serem sabotados pelo próprio Governo que inventiva o empreendedorismo e a iniciativa privada.

A sabotagem dos fornecedores privados de água acontece numa altura em que o Governo, através do FIPAG, pretende descentralizar a gestão e o funcionamento dos sistemas públicos de água através de um maior envolvimento do sector privado. Em Maio deste ano, o Ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, João Machatine, disse que até Junho de 2022 estarão criadas as condições para a entrada do sector privado nas empresas comerciais de abastecimento de água. Isto é, o FIPAG vai criar quatro (4) empresas comerciais de abastecimento de água, estabelecidas nas regiões norte, centro e sul, e a última na Área Metropolitana do Grande Maputo.

Numa primeira fase, as acções dessas empresas serão detidas a 100% pela FIPAG, mas mais tarde este instituto público irá vender até 49% de cada empresa a privados, através da Bolsa de Valores de Moçambique (BVM). O Governo está a usar fundos públicos, incluindo os provenien-

tes de endividamento público, para construir infra-estruturas de abastecimento de água e expandir a rede púbica através do FIPAG e da Administração de Infra-estruturas de Abastecimento de Água e Saneamento (AIAS), para mais tarde concessionar a sua gestão a empresas comerciais que, por sua vez, deverão admitir quase metade de capitais privados. Trata-se de uma estratégia que visa permitir a entrada triunfal da elite da Frelimo no negócio de água, depois de o Estado assegurar todos os investimentos em infra-estruturas de captação, tratamento, armazenamento e distribuição.

Trata-se, na verdade, da mesma fórmula usada pelo mesmo Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, no caso das portagens na Estrada Circular de Maputo e na EN6, que liga a cidade da Beira à vila de Machipanda, na fronteira com o Zimbabwe. O Governo recorreu ao endividamento público para financiar a construção de estradas e mais tarde concessionou a sua gestão (cobrança de portagens) à empresa Rede Viária de Moçambique (REVIMO). E através da BVM, a REVIMO está a admitir a entrada de capitais privados na sua estrutura accionista. Por enquanto, o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e a Sociedade Gestora de Pensões do Banco de Moçambique (KUHANHA) tornaram-se sócios da REVIMO, com 15% cada, sendo que 70% continuam detidos pelo Fundo de Estradas, instituto público tutelado pelo Ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos. Mas isto é uma questão de tempo: A REVIMO será assaltada pela elite da Frelimo, a mesma que irá se apoderar das empresas comerciais de abastecimento de água que o FIPAG pretende criar.

Fornecedores privados dizem estão a ser espezinhados e pedem indeminização ao Estado

O Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) iniciou ontem uma série de mesas-redondas para discutir o "futuro dos fornecedores privados de água na Área Metropolitana do Grande Maputo". O encontro inaugural teve como convidada principal a Associação dos Fornecedores de Água de Moçambique (FORAMO), que se fez representar através de vários membros. A Autoridade Reguladora de Água (AURA) também esteve representada no debate.

Leonardo Marcos Simbine, um dos líderes da FORAMO, começou por lembrar que é responsabilidade primária do Estado fornecer serviços sociais à população, incluindo o abastecimento de água. Entretanto, nos últimos anos foram os fornecedores privados que garantiram água nos novos bairros de expansão urbana, como Intaka, Matlemele e Guava. "A partir de 2020, o Governo organizou-se para cobrir essas zonas, mas sempre que isso acontece é preciso compensar as pessoas que antes asseguraram o fornecimento de água". Leonardo Simbine acusa o FIPAG de difundir falsas informações para desacreditar os fornecedores privados perante os seus clientes. "Chegam nos bairros e, com ajuda dos chefes de quarteirões, mentem dizendo que os fornecedores privados estão falidos e já não têm capacidade de abastecer água. Logo, os nossos clientes acabam aderido à rede pública do FIPAG. Nós queremos saber como é que o Governo está a pensar em indemnizar os fornecedores privados".

Um outro participante que se identificou por Paulo disse que há uma grande preocupação entre os fornecedores privados de água com a entrada da rede pública nas áreas onde historicamente foram por si abastecidos. "Estamos a falar de fornecedores que iniciaram a actividade em

"Criou-se uma comissão para discutir esta questão, onde estão representados o Governo, os municípios e as associações. Mas não tem ajudado na resolução do problema, lá somos acusados de roubar água do sector público, dizem que a nossa água não é analisada, dizem que não temos capacidade. Ou seja, são discutidos assuntos supérfluos"

2000, quando começou a expansão urbana no Grande Maputo. Fizemos isso recorrendo a créditos bancários. O Estado conseguiu dinheiro e foi construiu centros distribuidores de Guava, Matlamele e Intaka, bairros onde estão lá fornecedores privados. Não fomos consultados, não fomos informados de nada, estão a instalar tubos da rede pública nos bairros e a destruir os nossos que estão lá há bastante tempo. Não fazem reposição. Cortam e deixam assim mesmo. As ligações estão a ser feitas nas mesmas casas onde há torneira de fornecedor privado".

O preço é o principal factor que sufoca os privados. O FIPAG, que sobrevive de fundos públicos e dívidas contraídas pelo Estado, cobra 26 meticais por cada metro cúbico de água, enquanto os fornecedores privados cobram 70 meticais. Trata-se de um preço mínimo aprovado pela AURA e que cobre despesas de energia, impostos, taxas pagas à Administração

Regional das Águas do Sul (ARA – Sul) e salários dos trabalhadores. "Além disso, temos dívidas com os bancos, não temos como competir com Estado. Os clientes já não nos pagam, preferem pagar água do Estado porque é barata". Os protestantes dizem que a legislação que regula o abastecimento de água determina a indeminização dos pequenos fornecedores de água sempre que o Estado expandir o serviço para zonas antes abastecidos por aqueles. "Criou-se uma comissão para discutir esta questão, onde estão representados o Governo, os municípios e as associações. Mas não tem ajudado na resolução do problema, lá somos acusados de roubar água do sector público, dizem que a nossa água não é analisada, dizem que não temos capacidade. Ou seja, são discutidos assuntos supérfluos", disse Leonardo Simbine.

Os fornecedores privados da Área Metropolitana do Grande Maputo querem saber qual será o seu futuro com a chegada da rede pública de água nos bairros de expansão. "Não há partilha de informação sobre os planos de expansão da rede pública. Temos medo de investir porque não sabemos qual será o nosso futuro. Na Machava - sede e Nkobe, no Município da Matola, temos fornecedores que, neste momento, mais da metade dos seus clientes têm duas torneiras em casa. Usam as duas torneiras, mas não pagam as facturas dos privados. Essa situação está a tornar-se insustentável, porque não estamos a ter dinheiro para comprar energia e garantir o abastecimento de água. E quando vamos exigir dinheiro das facturas, os clientes começam a dizer que os nossos serviços estão a falhar", disse um operador da Matola.

Dinis Joaquim Manuel é outro fornecedor privado e que faz parte da comissão técnica que está a discutir uma solução para o problema. Na sua intervenção, disse que tem imagens da retirada de tubos de fornecedores privados para a colocação de tubos do FIPAG. "Pedimos para pararem, mas o FIPAG disse que tem agenda por cumprir. Estão a invadir zonas devidamente demarcadas. Como vamos sobreviver com essa vandalização que estamos a sofrer", questiona. O grupo lamenta que, apesar de ter perdido metade dos clientes, continua a receber facturas altas da ARA – Sul. "Os clientes não estão a pagar as nossas facturas porque têm duas torneiras. O FIPAG depois ligar, deixas as pessoas dois ou três meses sem cobrar".

O problema não afecta apenas os operadores da Área Metropolitana do Grande Maputo. Com a construção de sistemas de abastecimento de água nas cidades e vilas municipais pela AIAS, muitos fornecedores privados simplesmente faliram. "Há colegas de Chibuto, em Gaza, que perderam todos os clientes, ficaram sem nada. Conheço um que tinha mais de 1.500 clientes, mas ficou sem nada. Isto é morte lenta. Onde é que vamos? Foi o Estado que deu a licença e delimitou a área de fornecedor. Hoje é o mesmo Estado que está a invadir as áreas reservadas a privados sem pagar a devida compensação pelos investimentos feitos. Tivemos a situação de Jangamo, em Inhambane. Na sede distrital quem estava a operar eram fornecedores privados, mas quando o Estado instalou a rede pública todos ficaram sem clientes", contou um operador do bairro Intaka. "Eu tinha mais de 1.500 clientes, mas quando o FIPAG começou a fornecer água em Intaka há dois meses, perdi quase 700 clientes. Pedimos empréstimos aos bancos para investir e agora não temos como devolver o dinheiro. Não estamos a ter receitas. Não sabemos qual será o nosso futuro".

"Os clientes não estão a pagar as nossas facturas porque têm duas torneiras. O FIPAG depois ligar, deixas as pessoas dois ou três meses sem cobrar".

"Eu tinha mais de 1.500 clientes, mas quando o FIPAG começou a fornecer água em Intaka há dois meses, perdi quase 700 clientes. Pedimos empréstimos aos bancos para investir e agora não temos como devolver o dinheiro. Não estamos a ter receitas. Não sabemos qual será o nosso futuro"

Outro participante lembrou que o Governo tem estado a incentivar o empreendedorismo, mas agora está a ir contra os pequenos investidores. "Nós somos empreendedores há muito tempo, mas agora estamos a ser espezinhados. O decreto é claro, é preciso compensar quem estava lá a fornecer água. É o que queremos. Devem nos compensar para podermos sair e investir em outras áreas. Não podemos sair de mãos vazias desta área onde investimos muito dinheiro durante vários anos. Não estamos a negar que o Estado forneça água ao seu povo. Nós exigimos compensação".

Falando em representação da AURA, Joaquim Jorge começou por reconhecer que o sector privado desempenha um papel muito importante no fornecimento de água à população. E disse que os fornecedores privados não irão desparecer do mercado, pois Moçambique tem de cumprir a agenda de água para todos até 2030. "Há complementaridade de serviços, o privado complementa o público e este complementa o privado. Se o público vai expandir o serviço, deve informar o privado, o licenciador, que é o município, para saber se uma determinada área está ou não ocupada. Os sistemas públicos e privados podem coexistir. O FIPAG pode captar, armazenar e tratar a água, mas pode deixar que seja o privado a distribuir para o consumidor final e cobrar por isso. Isto está a ser estudado pela Direcção Nacional de Água e Saneamento. Como órgão regulador, a nossa missão é aproximar as partes e juntos procurarmos uma solução. O futuro dos fornecedores privados está assegurado, não vão desaparecer".

"Nós somos empreendedores há muito tempo, mas agora estamos a ser espezinhados. O decreto é claro, é preciso compensar quem estava lá a fornecer água. É o que queremos. Devem nos compensar para podermos sair e investir em outras áreas. Não podemos sair de mãos vazias desta área onde investimos muito dinheiro durante vários anos. Não estamos a negar que o Estado forneça água ao seu povo. Nós exigimos compensação"

Entretanto, a intervenção da entidade reguladora de água não sossegou os fornecedores privados. "O facto é que estamos a desaparecer. O que queremos saber é como é que fica o nosso investimento. Nós devíamos pedir socorro à entidade reguladora, mas esta aparece como advogado do FIPAG. Não se percebe bem o papel da autoridade reguladora. Nós temos empréstimos que fizemos e é isso que queremos saber como é que fica. Como entidade reguladora não devia aparecer como advogado do FIPAG, tinha de agir como árbitro. Quando nós dissemos que estamos a perder clientes, isso é verdade. Fizemos uma carta ao Presidente da República e ele reencaminhou-nos ao Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos. Há um estudo feito que mostrava que os fornecedores privados é que detinham maior número de clientes. Um levantamento feito pela Direcção Nacional de Água e Saneamento revelou a existência de mais 1.800 fornecedores de água inscritos no País. Mas há muito mais".

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana e Betuel Chau
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschield, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO